

Marcos H. Camargo<sup>1</sup>

# Notas sobre possíveis origens da comunicação humana

Notes on possible origins of human  
communication

Notas sobre el posible origen de la  
comunicación humana

## Resumo

A arte da comunicação humana dependeu do desenvolvimento de códigos baseados na intencionalidade compartilhada entre os grupos humanos, evoluindo dos gestos indicativos e miméticos para signos mais complexos, até alcançar a linguagem verbal, dentre outros sistemas de signos que comportam a cultura humana. Palavras, números, imagens, músicas, gestos, enfim, uma grande variedade de signos compõe as linguagens da cultura, com as quais os humanos produzem seus conhecimentos, como sua arte.

**Palavras-chave:** comunicação; palavra; imagem; linguagem; arte.

## Abstract

The art of human communication depended on the development of codes based on the intentionality shared between human groups, evolving from indicative and mimetic gestures to more complex signs, until reaching verbal language, among other systems of signs, that support human culture. Words, numbers, images, music, gestures, finally, a great variety of signs compose the languages of culture, with which humans produce their knowledge, as their art.

**Key-words:** communication; word; image; language; art.

## Resumen

El arte de la comunicación humana depende del desarrollo del código basado en la intencionalidad compartida entre los seres humanos, desde los gestos indicativos y miméticos hasta los signos más complejos, como en el lenguaje verbal, entre otros sistemas de signos de la cultura humana. Palabras, números, imágenes, canciones, gestos, en fin, una gran variedad de signos constituyen las lenguas de cultura, con el cual los seres humanos producen sus conocimientos, su arte.

**Palabras-clave:** comunicación; palabra; imagen; idioma; arte.

---

<sup>1</sup>Especialista em História do Pensamento Contemporâneo (PUC-PR, 1987). Especialista em Economia e Sociologia (PUC-PR, 1988). Mestre em Comunicação e Linguagens (UTP, 2003). Doutor em Artes Visuais (IAR-UNICAMP, 2010). Pós-doutor pela Escola de Comunicação (UFRJ, 2015). Professor de Graduação de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade (UTP, 2004-2006). Professor de Graduação em Cinema e Audiovisual, Artes Cênicas, Música e Dança (Campus de Curitiba II – UNESPAR, desde 2006). Coordenador do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual (2011-2013). Chefe da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus de Curitiba II (UNESPAR, 2014-2018). Professor de Pós-graduação stricto sensu do Mestrado Profissional em Artes (Campus de Curitiba II, UNESPAR, desde 2018). Pesquisador nas áreas de Filosofia, Estética e Semiótica.

<http://lattes.cnpq.br/7288362539238367> <https://orcid.org/0000-0002-3372-8095>

## 1. Imagens e palavras

Nossas percepções e as ideias que elas geram se transformaram com o tempo em linguagens organizadas pela cultura. As representações de coisas e eventos tornaram-se fatos semióticos produzidos pela necessidade fundamental de comunicar. A palavra, que aparece mais tardiamente, é tradução de imagens mentais, motivo pelo qual o grego e o latim oferecem os vocábulos *eideo* e *uideo*, respectivamente, para significar tanto o conceito de ideia, como o de imagem. “Toda a mente é feita de imagens, desde a representação de objetos e eventos, até seus conceitos e traduções verbais correspondentes. Imagens são o símbolo universal da mente”. (DAMASIO, 2018, p. 107)

A imagem é o mecanismo cerebral de formação de memória. Tanto interna, quanto externamente (imagens criadas pelas mãos humanas), as imagens foram as primeiras representações do pensamento humano registradas em cavernas, bem antes da escrita. A palavra é uma imagem indireta, um recurso de economia semiótica utilizado pelos que precisam se comunicar, quando não têm as ferramentas à mão, para produzir imagens.

Ora, antes mesmo de desenvolver uma linguagem estruturada, o *Homo sapiens* se serviu de comunicações visuais e gestuais. A prioridade do discursivo como princípio estruturante parece remontar, segundo o atual estágio das pesquisas, há cerca de 50 mil anos, ao passo que as representações pictóricas são conhecidas há mais de 200 mil anos, sendo que os artefatos mais antigos (uma arma de pedra) existem há pelo menos um milhão de anos. (BOEHM, 2015, p. 31)

Esta linha do tempo esboçada pela citação acima nos dá a entender que a linguagem verbal se desenvolveu posteriormente à criação de ferramentas e à exposição do pensamento via imagens. O pensamento não surgiu com a palavra, sua gênese e desenvolvimento são bem mais antigos, oferecendo-nos a sugestão de que ideias e imagens formam a base do entendimento humano do mundo e de si próprio.

Em um desenvolvimento posterior, a linguagem verbal emerge como um procedimento de economia semiótica, pois é menos custoso produzir e utilizar sons discretos – auxiliados por gestos –, do que desenhar e pintar imagens para significar ideias, coisas e eventos. Como outros animais, os humanos têm a capacidade de vocalizar muitos tipos de sons, com tonalidade e discricionariedade amplas. Em tempo, surgem as palavras nominativas, que dão nome às coisas, depois a necessidade de relacionar essas palavras com outras, que descrevem qualidades, estados e ações, como verbos e adjetivos.

Depois, a linguagem verbal, em sua modalidade vocal, passa a ser o sistema de signos mais utilizado entre os *Homo sapiens*, embora a produção de imagens, símbolos e instrumentos, continue em crescente complexidade cultural, especialmente no fim do nomadismo, quando tem início a agricultura e as cidades.

A linguagem verbal, com a emergência das primeiras línguas e suas gramáticas próprias, contribui decisivamente para a cultura humana, que também incorpora um sem-número de outros sistemas simbólicos, baseados em imagens bidimensionais

(murais, pinturas, desenhos) e tridimensionais (marcos, totens, monumentos, esculturas, baixos e altos relevos, ornamentos), além de instrumentos tecnológicos, que ganharam significados sociais próprios e independentes do verbo.

Há três milênios, a hegemonia da palavra se impõe nos princípios da história do ocidente. Contrariamente à orientação dos pensadores fisiologistas pré-socráticos, os primeiros filósofos optam pelo *nómos* (convenções humanas), em detrimento da *phýsis* (mundo natural), levando a nascente filosofia a privilegiar o discurso verbal como fundamento da verdade, a partir do período helenístico.

Coincidindo no tempo, entre os judeus na Palestina, o logocentrismo<sup>1</sup> se estabelece a partir da crença na palavra divina (e humana), como agente da história. Posteriormente, o cristianismo se alia ao neoplatonismo, acelerando a entronização do *Logos* como fundamento do conhecimento humano, em favor da palavra (divina e humana), mas contra a imagem (*eidos*) e os saberes constituídos pela sensibilidade.

Em um esforço seguinte, entre os neoplatônicos, teólogos e gramáticos cristianizados, colocou-se foco na classificação das palavras, a partir da lógica aristotélica, de modo a hierarquizar o valor dos vocábulos, segundo suas classes. Palavras substantivas, transmissoras de qualidades essenciais, ganham mais importância do que os adjetivos – vozes destinadas a indicar os acidentes superficiais, comparáveis às imagens.

O esforço pela denotação dos termos também foi muito desenvolvido, na medida em que se acreditava que cada palavra deveria ter um único significado, evitando-se o uso da metáfora, considerada um defeito do discurso, por utilizar-se de imagens conotadas.

No período em que a filosofia foi cristianizada (Escolástica), o sentido figurado da metáfora foi evitado à exaustão pelos construtores de conceitos, em favor do sentido semântico do verbo que, juntamente com o número, reforçam seus status de únicas representações adequadas da verdade. E a metáfora, ao longo daqueles séculos, passou à condição de simples mentira.

Apesar do enorme esforço ideológico, no sentido de promover a palavra como contato humano com o plano metafísico da divindade, Umberto ECO afirma que sua antiga vinculação com a imagem depõe contra seu caráter de conceito, construído pela filosofia (2013, p. 134). Na atualidade, a palavra parece retroagir à condição de metáfora, como já foi empregada pelos pré-socráticos, pela sofística e pelos antigos poemas trágicos. Metáfora é figura, uma imagem contrabandeada para dentro do verbo. Ou, se quisermos, um rastro de imagem ainda existente na palavra.

A desconfiança dos filósofos com relação à metáfora, tem a ver com o sentido do termo grego *eidolon*, que vem ao português como 'ídolo', uma figura, uma imagem, como também um 'simulacro'. Mas, desse modo, até a palavra se torna um ídolo, na medida em que representa ideias, coisas e eventos, na forma de uma simulação de suas propriedades para a mente.

Apesar disso, a tradição iconoclasta da filosofia condena a imagem, acusando-a de ser um simulacro do mundo, uma aberração cognitiva, cujo perigo se encontra em sua pretensão de substituir a palavra como representante da ideia, o *ens realissimum* da metafísica. Contudo, o que de fato incomoda a tradição filosófica é a capacidade

da imagem em representar diretamente o mundo real, enquanto a representação provida pela palavra serve mais ao mundo abstrato das ideias. A liberdade de que a imagem desfruta em sua polissemia lhe permite ser tanto um significante *in absentia* rei, como coincidir consigo mesma, da qualidade de um monumento.

Enquanto a palavra padece de uma existência secundária, pois é empregada como gatilho, cuja função é acionar a memória de conceitos, a imagem representa por semelhança com o real, além de poder existir por si mesma, como um totem. Talvez por isso, imagens e palavras estejam sempre em disputa sobre o valor cognitivo de cada uma.

## 2. A leitura de imagens

David Eagleman, em seu livro *Incognito: the secret lives of the brain* (2011), descreve no capítulo "The testimony of the senses: what is experience really like?", a experiência de Mike May, um jovem que aos três anos de idade sofreu um acidente que o deixou completamente cego. Quarenta e três anos depois, ele soube de uma nova cirurgia que poderia auxiliá-lo a restaurar ao menos parte de sua visão. Após as operações, depois que as bandagens foram retiradas trouxeram até ele suas duas crianças. A cena, supostamente, deveria ser tocante, mas não foi. Havia um problema. Embora os olhos de Mike estivessem funcionando perfeitamente, ele olhava com espanto todas as coisas à sua frente. Seu cérebro não sabia o que fazer com a enxurrada de fótons (inputs) entrando pelos seus olhos. Ele não estava vendo os rostos de seus filhos, mas só sensações ininterpretáveis de formas, cores e luzes – embora seus olhos enxergassem, ele não conseguia interpretar o que via. Isso se deveu ao fato de que os olhos precisavam *aprender* a ver.

A visão não ocorre simplesmente quando a pessoa confronta o mundo com seus olhos. Temos a necessidade de interpretar a corrente eletroquímica de sinais que passam pelo nervo ótico. O cérebro de Mike não entendeu como o movimento de seus olhos mudou o cenário à sua frente. Por exemplo, quando ele moveu sua cabeça para a esquerda, o cenário correu para a direita. O cérebro de uma pessoa vidente já sabe que esse fenômeno visual ocorre e aprende a utilizá-lo. Mas o cérebro de Mike não se conformou com aquelas estranhas relações. Isso nos ilustra um ponto chave: a experiência consciente da visão ocorre somente quando há uma previsão acurada das consequências sensoriais. Assim, embora a visão se pareça com algo que está objetivamente lá fora, isso não nos é dado de pronto, pois precisa ser ensinado e aprendido, escreve Eagleman.

Entre humanos, os órgãos dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) precisam ser educados, diferentemente dos animais, que já respondem instintivamente aos estímulos. Naquilo que se refere aos sentidos, o senso comum imagina que as pessoas podem ser autodidatas, aprender sem qualquer método ou exercício específico. Aliás, o desprezo e a pouca importância dada aos sentidos se devem à desconfiança com que a tradição trata das percepções sensoriais, pois segundo o platonismo vulgar corrente, as aparências enganam.

Mas, ao contrário do que pensa senso comum, não se deve abandonar os órgãos dos sentidos ao autodidatismo, de vez que sem uma percepção educada, a leitura dos signos naturais e convencionais realizada pela inteligência, fica prejudicada. A educação dos sentidos pode ser obtida com várias atividades planejadas, como os esportes, mas principalmente com as artes. O treinamento regular dos órgãos dos sentidos oferece-nos aquilo que alguns chamam de “memória tácita”, parcialmente inconsciente, que nos permite comportamentos aprimorados para lidar melhor com nosso ambiente.

Também chamada de *memória implícita*, a capacidade de andar de bicicleta, amarrar os sapatos, digitar um teclado ou colocar o carro em uma vaga, enquanto falamos ao telefone, são exemplos desse tipo de memória. Seríamos completamente incompetentes para explicar com palavras, a coreografia de contrações e relaxamento de músculos necessária para atravessar um bar cheio de gente, com uma caneca de chopp na mão, embora façamos isso sem qualquer dificuldade, relata David EAGLEMAN. Este é o espaço entre o que nosso cérebro pode fazer e a parte dos nossos atos que podemos descrever verbalmente. (201, p. 57)

Conhecimento e memória *implícitos* (tácitos) são conceitos desenvolvidos por Michael Polanyi (1891-1976), reconhecido filósofo e neurocientista húngaro, que nos anos 1950 descreveu a cognoscência humana em dupla face: formada de conhecimento explícito e implícito. Por isso, os educadores deveriam levar em conta os desenvolvimentos da neurociência e das ciências cognitivas, de modo a empreender uma educação estética (dos sentidos físicos), a par com a educação lógica das linguagens verbal e matemática. Se a criatividade humana provém das experiências do corpo no mundo, de onde emerge o conhecimento implícito, a pedagogia deveria levar em conta o aprendizado sistemático da visão, audição, olfato, paladar e tato, pois como recomendou Aristóteles: *nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*<sup>2</sup>.

### 3. Possíveis origens do verbo

O modo humano de comunicar – por meio de uma informação intencionalmente fornecida aos outros, motivada pela necessidade de cooperação – nos parece tão natural, que dificilmente podemos conceber qual tipo de comunicação humana surgiu pela primeira vez. Mas, no mundo biológico, a comunicação não precisa ser intencional ou cooperativa. Para os biólogos, a comunicação compreende todo tipo de atividade física e comportamental que influencia o comportamento dos outros – desde distintas colaborações até sistemas de dominância – sem importar se o comunicador tem qualquer controle intencional sobre os sinais (ou mesmo se sabe que está afetando outros).

Quando os sinais comunicativos são produzidos e selecionados por organismos individuais, forjados de modo flexível e estratégico, para alcançar objetivos sociais distintos, eles se ajustam a várias circunstâncias particulares. Esses sinais são inten-

---

<sup>2</sup> “Nada vai ao intelecto, sem antes passar pelos sentidos (físicos)”. Frase atribuída a Aristóteles, pelos escolásticos e autores como S. Tomás de Aquino.

cionais, no sentido de que o indivíduo controla flexivelmente seu uso, de acordo com o objetivo de influenciar os outros. Comunicação intencional é extremamente rara no mundo biológico, talvez limitada a primatas e grandes macacos. Entre os humanos, a comunicação cooperativa foca em três motivos centrais: solicitação, informação e compartilhamento.

Apontar a linguagem (verbal) como a causa evolucionária da cognição humana se assemelha a invocar o dinheiro como a causa evolucionária da atividade econômica. Não se questiona o fato de que a aquisição da linguagem (verbal) contribuiu e transformou a cognição humana, da mesma forma como o dinheiro transformou a natureza da atividade econômica. Mas a linguagem não veio do nada. Não desceu à Terra de algum lugar no espaço como um meteoro, a despeito da visão de alguns teóricos como Chomsky, nem emergiu de mutações genéticas bizarras, desvinculadas de outros aspectos da cognição humana e da vida social. Da mesma maneira que o dinheiro é uma instituição social simbólica que emergiu historicamente de atividades econômicas previamente existentes, a linguagem (verbal) é uma instituição social simbólica que emergiu historicamente de atividades socio-comunicativas previamente existentes. (TOMASELLO, 1999, p. 94)

A cooperação humana está estruturada sobre o que alguns filósofos da ação denominam de 'intencionalidade compartilhada'. De modo geral, a intencionalidade compartilhada conduz as formas humanas de atividades colaborativas, nas quais o plural "nós" está envolvido: objetivos comuns, intenções comuns, conhecimento mútuo, crenças partilhadas – tudo dentro de um contexto de motivações cooperativas, afirma Tomasello. A colaboração se destaca pelas interações sociais, que envolvem entidades culturalmente estruturadas, tais como a linguagem, o dinheiro, casamento ou o governo, que existem somente dentro de uma realidade institucional, constituída coletivamente, em meio as quais cremos e agirmos conjuntamente como se elas realmente existissem.

A intencionalidade compartilhada, segue Tomasello, também está envolvida em simples e mais concretas atividades colaborativas, como quando partilhamos o objetivo de construir um instrumento ou quando caminhamos juntos, admiramos uma paisagem ou nos engajamos em uma prática social. O propósito da comunicação cooperativa, mesmo quando usamos gestos naturais ou convenções arbitrárias, está baseado na intencionalidade compartilhada. As habilidades e as motivações acionadas pela intencionalidade compartilhada compõem o que podemos chamar de infraestrutura cooperativa da comunicação humana. (TOMASELLO, 2010, p. 07)

E a linguagem? Hipóteses atuais dizem que somente dentro do contexto de atividades colaborativas, nas quais os participantes partilham intenções e atenções, coordenadas por formas naturais de comunicação gestual, as convenções arbitrárias da linguagem puderam ter início evolucionário. As convenções da linguagem (primeiramente gestual e depois vocal) emergem pegando carona na estrutura de gestos já estabelecida, substituindo o apontar e a pantomima. (TOMASELLO, 2010, pp. 09/10)

Com a regularidade dos resultados de muitas pesquisas de campo elaboradas por vários antropólogos renomados, podemos afirmar que a linguagem "não é um

tipo de instinto, não é inata, nem congênita.” (EVERETT, 2017, p. 15) A linguagem não está baseada em um código geneticamente transmitido, nem tão pouco instalada em um órgão cerebral específico. Como um treinamento, ela se distribui ao longo de todo o cérebro.

A linguagem verbal humana tem início após o desenvolvimento de gestos, imitações de sons da natureza e outros sinais, quando os humanos começam a utilizar-se de símbolos – formas sensíveis com significados sociais distintos. Gestos não linguísticos e entonações de voz acompanharam o surgimento das palavras e dos primitivos sintagmas que juntaram as primeiras frases.

Entender a linguagem como uma invenção humana supõe que ela seja uma criação da cultura. Thomas Edison não inventou sozinho a lâmpada elétrica, ele precisou do trabalho desenvolvido por Benjamin Franklin, sobre eletricidade, duzentos anos antes. Não há como inventar uma coisa diretamente do nada. Avanços dependem da cultura e da criatividade dos outros. Todas as invenções são construídas no tempo, parte por parte. A linguagem não é exceção. (EVERETT, 2017, p. 18)

Os símbolos vocais, que deram início à linguagem humana foram desenvolvidos ao longo da trajetória, como uma forma exclusiva de código acionador de significados. Mas, embora a linguagem verbal seja um tipo complexo de código, a comunicação linguística está em grande parte assentada em outras comunicações não codificadas e em alguns processos de sintonia mental. Toda comunicação verbal está repleta de expressões, tais como *isso, ela, eles, o cara* que encontramos, cujos referentes não podem ser determinados diretamente do código, mas só pode ser inferido a partir de uma base conceitual comum. Comenta Everett, que a maior parte das comunicações verbais cotidianas são diálogos tais como: João - “Quer ir ao cinema?”. Maria - “Tenho exame de matemática amanhã, pela manhã”. Neste caso, João só pode entender o que disse Maria, pelo que ela não disse: (Não posso ir ao cinema, porque preciso estudar à noite para o exame que tenho amanhã). Só porque ambos partilham uma base comum de conhecimento e outras inferências fora do código linguístico, o diálogo manteve o sentido. Neste caso, o código linguístico foi ancorado num entendimento não linguístico e em uma base conceitual comum, paralela à linguagem.

Tais situações nos levam a crer que o estabelecimento de um código linguístico explícito requereu uma pré-existente forma de comunicação, tão rica quanto a própria linguagem verbal. O que nos conduz a fortes evidências de que a linguagem verbal não é resultado de marcas genéticas, mas derivada de uma evolução prévia da comunicação humana.

Neste caso, se desejamos conhecer as origens da comunicação humana não devemos começar pela linguagem verbal, mas pelas comunicações não convencionais, não codificadas e outras formas de sintonia mental. Excelentes candidatos para essas funções são os gestos humanos naturais, como o apontar e a mímica.

Estes gestos são simples e naturais, por isso ainda são utilizados para comunicar. A primeira questão aqui, no entanto, é saber como esses gestos funcionaram, antes de chegarmos à linguagem e sua miríade de complexidades. Uma boa resposta pode focar na altamente complexa estrutura psicológica da intencionalidade comparti-

lhada, que permitiu a geração de um novo mundo de coisas a serem comunicadas coletivamente.

O outro lado desta questão se refere às motivações humanas por uma cooperação social. De modo geral, emissores e receptores interagem cooperativamente para a circulação da mensagem (isto é: permitir que o receptor conheça a intenção comunicativa do emissor), que se trata de uma meta conjunta. Isso significa que o emissor se esforça para comunicar em um modo compreensível para o receptor, que por seu turno se esforça para compreender, fazendo óbvias inferências e pedindo por esclarecimento quando necessário, e assim por diante.

A única diferença substantiva entre a comunicação por gestos e a comunicação convencional da linguagem está na intenção referencial que é colocada “dentro” do signo. Em outras palavras, enquanto os gestos estão baseados no ato de apontar e/ou imitar o referente (aquilo a que nos referimos), eles sempre se remetem às coisas, pelo “lado de fora”. No caso da linguagem codificada, os signos “contêm<sup>3</sup>” a ideia do referente (pelo lado de dentro). (TOMASELLO, 2010, p. 103)

São os símbolos (formas arbitrárias, com significados que parecem emergir delas mesmas), as invenções culturais que conduziram os humanos rumo à linguagem verbal – cada palavra se assemelhava a um totem. Por isso, resta improvável, a influente hipótese sobre a origem da linguagem humana, segundo a qual ela teria surgido de uma mutação genética ocorrida há cem mil anos, permitindo à humanidade evoluir dos gestos e sons discretos, para o desenvolvimento oral de sentenças complexas. O nome dessa teoria extravagante é *gramática universal*.

A teoria mais plausível, contudo, corresponde à emergência gradual da linguagem, a partir do emprego dos signos indiciais (que representam coisas que lhes são fisicamente conexas, como a pegada de um animal), seguido dos ícones (que se parecem fisicamente com as coisas que representam, como uma fotografia de uma pessoa), até alcançar plenamente o símbolo (signo convencional e arbitrário, que representa significados abstratos, como em “alegria”). Esses signos (índices, ícones e símbolos), provenientes da trilogia de Charles S. Peirce, foram combinados ao longo do tempo, de modo a produzir a semântica e a gramática necessárias à construção de sintagmas verbais cada vez mais complexos. (EVERETT, 2017, p. 07)

Segundo o que Charles S. Peirce entendeu sobre o desenvolvimento desses três tipos de signos, seus status mudam conforme o emprego dos termos e o contexto em que a linguagem está sendo utilizada – há ícones que se tornam símbolo ou índice e vice-versa. O fenômeno mais interessante, contudo, é a contaminação dos símbolos, pela *iconicidade* de significados comunicados pelas metáforas.

#### 4. Algo sobre a Poética de Aristóteles

---

<sup>3</sup> “Conteúdo” é uma figura de linguagem, que ilude os incautos ao fazer imaginar que existe algo no interior do signo, que a inteligência consegue “extrair” (de onde vem a ideia de “expressão”) ao interpretá-lo. O certo é que não existe conteúdo nas coisas, pois ele se forma na mente do tradutor (leitor) do signo, quando a convenção (signo = significante + significado) é conhecida do leitor. Caso contrário, a forma (significante) não gera conteúdos na mente de quem não consegue interpretar.

Ao tempo de Platão, a palavra grega *eikon/eikones* significava ‘cópia’, ‘imitação’ (COSTA, 2006, p. 5). Ela vem ao português como ‘ícone’, definindo alguns tipos de imagem. Porém, no entender de Platão, a imitação da “verdadeira realidade” só poderia ser produzida pelas palavras e números – no frontispício da Academia fundada por Platão se podia ler “Só entre aqui se for geômetra”.

Outras imitações, por exemplo, as providas por imagens, como figuras, desenhos, pinturas, esculturas, não eram consideradas por Platão, por estarem duas vezes distantes da verdade. É conhecida a advertência de Platão, contra as ilusões provocadas pelas artes miméticas, como a pintura, teatro, escultura etc. Segundo esse filósofo ateniense, a pintura de uma árvore é a *mimesis* da árvore natural, que já é uma cópia da árvore ideal. A pintura (obra de arte) imita uma coisa (a árvore), que por sua vez é uma imitação da árvore real que reside no Mundo das Ideias – para Platão a arte é um duplo embuste.

O pensamento platônico, incorporado ao pensamento teológico cristão no século IV, a partir de Agostinho, gerou grande mal-estar entre artistas e pensadores, devido ao preconceito, segundo o qual a arte é enganosa e tende a nos levar a um conhecimento ilusório e falso. E assim, durante cerca de mil anos a civilização ocidental manteve esse entendimento sobre a arte, mas principalmente em relação à percepção e sensibilidade corporais.

O livro *Arte Poética* de Aristóteles, que poderia ter contrabalanceado o radicalismo platônico em seu próprio tempo, só foi reapresentado ao público por volta do século XVI, quando humanistas italianos o traduziram, comentaram e interpretaram (COSTA, 2006, p. 7). O tema principal do livro *Arte Poética* é a *mimesis*.

A primeira relação que Aristóteles faz com a *mimesis* a aproxima da *hipocrisis*, imitação dos sentimentos humanos, especialmente em espetáculos teatrais. A tragédia ganha um lugar especial no entendimento aristotélico, apresentado no *Arte Poética*, devido a se tratar de representações de ações de pessoas de elevado caráter, cultas, capazes de compreender a insensatez do mundo e a total falta de sentido do sofrimento e do gáudio.

No espetáculo cênico, a tragédia também gera a catarse, uma forma de purificação das emoções, que é operada quando o público se vê satisfeito com as ações dos heróis trágicos, lutando pela vitória contra a idiotia do mundo, do infortúnio, da dor a ser suportada e superada. A superioridade da ação empreendida pelo personagem, extrapola as condições em que ele se encontra, suscitando na audiência o temor e a compaixão.

Em relação a sua estrutura, o elemento mais importante da tragédia é o mito, composto de três partes: a peripécia, o reconhecimento e a catástrofe. Descrito como o encadeamento ordenado de partes constituintes (começo, meio e fim), o mito é construído sob critérios de necessidade e probabilidade, não podendo começar e terminar ao acaso. Diferentemente da narrativa razoável dos textos filosóficos, os mitos não têm por objetivo revelar qualquer verdade, mas ser um dispositivo mnemônico para guardar longamente a memória dos valores, crenças e heróis de uma nação ou civilização. (COSTA, 2006, p. 20)

Para Aristóteles, o outro modo de representação poética é a epopeia, que se

define por ser uma narrativa metrificada (em versos), produzida por um narrador. Homero se destaca como o modelo de epopeia, porque soube tomar apenas uma parte da Guerra de Troia para produzir a *Ilíada*.

É sempre bom lembrar que o campo da *mimesis* não se circunscreve à verossimilhança, mas ao possível. Na representação trágica, o papel preponderante cabe à ação, ao mito, que corresponde ao arranjo sistemático do roteiro. A *mimesis*, que o mito opera, supõe seleção e ordenação de elementos segundo a probabilidade (verossimilhança) e a necessidade (lógica), que não copiam fielmente os acontecimentos históricos, mas possíveis acontecimentos.

O histórico, entendido como narração da realidade, muitas vezes deixa vazios com ausência de sentido, porque não é possível conhecer toda a realidade – a história está sempre circunscrita a relatos de acontecimentos particulares, às vezes sem vínculos de necessidade. Por isso, a tragédia mimetiza, por meio de uma “lógica paralela”, diversa daquela construtora de verdades.

A *mimesis* não é imitação direta da coisa. Mas uma construção artificial da realidade, criando o possível, a partir da obediência à necessidade (lógica) e à verossimilhança (verdade). Em Aristóteles, a imitação, quando há, ocorre sobre os atributos da realidade e da verdade.

Em contraponto à sensualidade da *mimesis*, o intelectualismo moderno desenvolveu teorias artísticas que acabaram por reduzir o poético a uma forma logicista, com o sacrifício da autonomia estética. Esse fenômeno antimimético pode ser percebido em algumas obras modernas, especialmente as apelidadas de “arte conceitual”. Como a *mimesis* não é um conceito, que conhece por definição do ser, um artefato que se candidata à arte conceitual visa extirpar toda a sensualidade da obra para reduzi-la a pensamento intelectual.

O cacoete conceitualista se revela pelo modo como intelectuais se utilizam da linguagem verbal para comunicar o conhecimento. Para o leitor, as formas físicas das palavras (traços escritos ou sons falados) têm uma existência secundária e precária, pois sua função é tão-somente despertar e acionar um pensamento (interpretação, conteúdo) no leitor. A partir do momento em que a ideia é concebida, a forma física das palavras já lidas perde sua relevância.

A arte conceitual entende o corpo da obra da mesma maneira como um texto verbal que, após lido, perde sua razão de ser, pois a ideia já foi comunicada. Esse tipo de atitude conceitualista trata a obra de arte como um documento, que não vale pelo papel, pela tinta ou pelo formato das letras, mas pela ideia que comunica. Assim como a tipologia das letras de um texto não muda seu conteúdo, os conceitualistas acreditam que o corpo da obra é secundário, pois o que importa é a ideia suscitada.

Obras de arte não são documentos que existem em função das ideias que geram na mente do leitor. A obra de arte é uma coisa real, existente por si mesma, cuja fruição causa no perceptor sensações, emoções, intuições e, ao fim e ao cabo, pensamentos capazes de superar a rotina da lógica cotidiana.

No mais das vezes, a obra de arte produz esses efeitos porque mimetiza os mais profundos e mais altos sentimentos humanos. *Mimesis* é ícone, é *imago* – fantasma das coisas que representa: *mimesis* é metáfora. (COSTA, 2006, pp. 60/56)

A metáfora é muito mais do que figura de linguagem que enriquece, agrega profundidade e significado ao nosso discurso. De fato, nós pensamos metafóricamente. Metáforas evoluíram para se tornar unidades imagéticas de significado/sentido em nossas mentes. Metáforas são mais poderosas do que podemos imaginar e influenciam ativamente nossos pensamentos e comportamentos. (...) Nossas expressões verbais representam nossos pensamentos. *Dia pesado, coração leve, navegação macia, tempos duros, suave aterrissagem, dura negociação, maneiras ásperas* – todas essas metáforas envolvem sensações e percepções táteis. Mas elas seriam apenas fortuitas em nossa linguagem, ou estão conectadas a algo mais profundo em nossa natureza? (LOBEL, 2014, pp. 22/213)

A palavra metafórica não é apenas um nome que se dá a uma imagem, gerada por semelhança ou contiguidade. A metáfora emula a imagem, mas também as percepções e os sentimentos – com palavras que não são conceitos. A retórica clássica já conhecia bem o poder de persuasão das figuras de linguagem e as utilizava com grande sucesso, porque os efeitos comunicativos da metáfora vão além de sua impropriedade lógico-gramatical. A iconicidade da metáfora compete com a lógica do conceito, no que tange à efetividade da comunicação, além de levar para dentro da linguagem verbal a veneranda disputa entre a singularidade e a universalidade.

Metáfora, palavra grega formada pelo prefixo *meta* (além de, para fora, através de) e pela raiz *phoréo/pherò* (levar, conduzir, portar), já era bem conhecida por Aristóteles, que a definiu como a utilização do nome próprio de uma coisa, para nominar impropriamente outra coisa, motivada pela similaridade ou parecença entre as coisas que, apesar de diferentes, partilham do mesmo nome – ex.: “coração de pedra”. A palavra “pedra” guarda sentido próprio quando designa uma porção mineral qualquer, mas na expressão exemplar acima, ela designa (impropriamente) a qualidade da insensibilidade do caráter de uma pessoa.

Contemporaneamente, podemos utilizar do termo ‘metáfora’ para indicar os signos não-verbais que assumem um papel significante, comunicando conhecimentos que a linguagem verbal não alcança. No lugar de um conceito (geralmente pronunciado por palavras), uma imagem, um pictograma, uma articulação melódica, um gesto e vários outros sinais sensíveis podem assumir o papel de ‘signo metafórico’, para significar ideias, coisas e eventos, cuja cognição a linguagem verbal não tem como entregar. Essa carência da linguagem verbal já foi denominada pelos medievais com o conceito de *penuria nominum*<sup>4</sup>.

Como a linguagem (verbal) não pode ser compreendida inteiramente sem que os interlocutores compartilhem um conjunto de valores, crenças, estrutura social e relações de conhecimento, ela faz parte dos componentes culturais e psicológicos que filtram a comunicação e guiam a interpretação de cada um dos interlocutores.

A linguagem não teve início quando o primeiro hominídeo enunciou a primeira palavra ou sentença. Ela teve início com a primeira conversação, que é tanto a fonte como o objetivo da linguagem. De fato, a linguagem muda as vidas. Ela constrói sociedades, expressa nossas mais altas aspirações, nossos

4 “Carência de nomes, palavras.”

mais básicos pensamentos, nossas emoções e nossa filosofia de vida. Mas, toda linguagem está a serviço da interação humana. (EVERETT, 2017, p. 5)

Sem nos esquecer de que a linguagem verbal se originou de uma base comunicativa de gestos humanos previamente estabelecida, é importante salientar que a “diferença substantiva”, apontada por Michael Tomasello, pode ser também vista pelas relações de proximidade e conflito entre a palavra e a imagem. A linguagem verbal é uma grande invenção da cultura humana, embora dependente de pistas intersubjetivas partilhadas entre os interlocutores, de modo a saber o que, como e quando dizer. Dentre as diversas relações entre as palavras e as imagens, a metáfora é a mais exemplar. É possível que as primeiras palavras pronunciadas pelos humanos tenham sido metafóricas – nomes onomatopaicos e miméticos. Palavras primitivas que substituíram gestos indicativos e pantomímicos nasceram como imitadoras das coisas. Só muito depois elas começam a intitular conceitos.

Até [a época de] Humboldt, ainda que se aceitasse a hipótese chamada epicúrea, segundo a qual cada povo inventa a própria língua para dar conta da própria experiência, não se ousava prefigurar algo semelhante à hipótese de Sapir-Whorf, ou seja, de que é a língua que dá forma à nossa experiência do mundo. (...) Mas em geral persistia a esperança de que existisse uma gramática universal das ideias que refletisse o próprio ordenamento do universo. (ECO, 2013, p. 402)

Se considerarmos a ideia de linguagem humana, como um conjunto de ‘linguagens da cultura’, o termo ‘linguagem’ perde seu contato exclusivo com o verbo e passa a representar todos os recursos da comunicação social. Nesse sentido, a palavra, imagem, movimento, aroma, gosto e tato tomam parte de uma grande ‘linguagem’ humana, com suas variações complexas e empregos específicos. No entanto, parece existir um fetiche linguístico que só enxerga a palavra (e talvez também o número) como o único signo capaz de comunicar pensamentos.

Independentemente desse já conhecido apego dos linguistas a seu campo de estudos, o certo a dizer é que a linguagem verbal não tem em seu cerne uma vocação para a universalidade. Não existe uma gramática universal embutida na genética humana que possa ser desenvolvida pela inteligência. Cada língua é um mundo a parte, portanto diverso de outras línguas e de outros mundos humanos.

No entanto, “se a cultura pode ser pensada como uma domesticação, no sentido que Darwin dá ao termo, e se ela se parece com um rebanho de ovelhas, então as palavras são os cães pastores que usamos para tangê-la.” (CLAUD, 2015, p. 162) As palavras pastoreiam os significados da cultura, de modo a evitar a polissemia e unificar o sentido das coisas.

Assim como as outras linguagens da cultura, o verbo foi estruturado para nos auxiliar na clarividência e distinção das coisas do mundo, permitindo aos humanos construir seu lugar no planeta – o mundo profano. Não domesticamos apenas animais e plantas, mas também as palavras e outros signos, que ao representar as coisas do mundo, as trazem para nossa antroposfera.

Nós, humanos, temos uma responsabilidade impossível de gerir: a linguagem.

Uma invenção que nunca entenderemos completamente, algo tão complexo, cuja parte mais importante sempre evadirá de nossa vigília. (CLAUD, 2015 p. 248)

## 5. Decorrências

Neste limitado espaço textual tentei expor algumas ideias sobre as possíveis origens da linguagem humana. Primeiramente, utilizei-me de autores bem posicionados no debate para afirmar que a linguagem (verbal) não surgiu de modo independente, mas derivada de processos comunicativos mais primitivos, anteriores aos nomes, baseados em gestos e imagens. Depois de considerar a palavra uma economia semiótica, tendo em vista que pronunciá-la tornou-se mais eficiente do que apenas gesticular ou desenhar, seu uso produziu boa parte da concórdia necessária para a fundação da cidade humana.

Avançando no tempo, a palavra passa a servir como base para o pensamento sistemático, primeiramente com a sofística e, depois, com a filosofia. Pensadores gregos empregaram a palavra, que designava coisas, para emular um novo mundo metafísico, em busca da verdade: a tradução da essência das coisas em palavras.

Tem início uma disputa, que se tornou clássica, entre a palavra e a imagem. Guardiões da palavra, entre filósofos e religiosos, buscaram combater a imagem denunciando sua imprecisão cognitiva, sua polissemia e conotação, diante da precisão denotativa dos significados das palavras. Por outro lado, a imagem na cultura humana jamais saiu de cena, visto que a cognoscência humana tem na visão grande parte de sua capacidade perceptiva. No entanto levaria ainda muito tempo, até que palavras e imagens pudessem, novamente, conviver em harmonia na comunicação social.

Recentemente, vários ramos das ciências cognitivas, aliados à antropologia, vêm revendo as possíveis origens da palavra. Não se aceita mais que a linguagem verbal tenha evoluído a partir de modificações genéticas da espécie humana, porém, a partir do que se tem chamado de 'intencionalidade compartilhada', conceito que visa explicar a intenção de emitir informações, aliada à intenção de recepção delas, no que se convencionou chamar de diálogo. Autores citados acima afirmam que a linguagem tomou de empréstimo comunicações mais básicas, como gestos, mímica e imagens, para compor signos verbais e futuros sintagmas, transformando-se paulatinamente numa dos principais recursos de comunicação humana.

Entre os clássicos, a função da linguagem verbal na cultura humana sempre foi produzir *mimesis* de coisas, fatos e ideias, como afirma a poética de Aristóteles, de modo a traduzir conhecimentos para a cultura. *Mimesis* baseada em metáforas que, por sua vez, já foram o motivo pelo qual as palavras surgiram entre nós.

Neste sentido, a possível origem da linguagem verbal se deve a uma evolução da comunicação humana, com o objetivo de traduzir o mundo, formando grande parte do conhecimento de que dispomos e que nos possibilita entender o meio ambiente planetário que nos envolve e nos sustenta.

## Referências bibliográficas

BOEHM, Gottfried. *Aquilo que se mostra*. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emmanuel. *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CLAUD, Daniel. *The domestication of language: cultural Evolution and the uniqueness of the human animal*. New York: Columbia University Press, 2015.

COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles*. São Paulo: Ática, 2006.

DAMASIO, Antonio. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cutura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

EAGLEMAN, David. *Incognito: the secret lives of the brain*. New York: Randon House, 2011.

ECO, Umberto. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

EVERETT, Daniel L. *How language began: the history of humanity's greatest invention*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2017.

LOBEL, Thalma. *Sensation: the new science of phisical intelligence*. New York: Atria books, 2014.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Origins of human communication*. Massachusetts: MIT Press, 2010.

Submetido em: 04/05/2019

Aceito em: 26/08/2019